

## RESENHA DE: “O PRÍNCIPE” DE NICOLAU MAQUIAVEL, PRÍNCIPE E A ANÁLISE DO PODER

REVIEW OF: “THE PRINCE” BY NICOLAUS MACHIAVELLI, PRINCIPE AND THE ANALYSIS OF POWER

RESEÑA DE: “EL PRÍNCIPE” DE NICOLAUS MAQUIAVELLI, EL PRINCIPE Y EL ANÁLISIS DEL PODER

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra<sup>1</sup>

Por que estudar<sup>2</sup> Maquiavel? Certamente, Maquiavel contribuiu significativamente para o pensamento ocidental, desenvolvendo sua teoria política de forma efetiva, além dos princípios da guerra e diplomacia. Desta forma, há boas razões para incluir Maquiavel entre os maiores filósofos políticos de sua época. Apesar da tentação de enfatizar seu pragmatismo político, um animado debate acadêmico é travado sobre a presença de uma filosofia coerente e original, dirigida a tópicos de preocupação para filósofos, no cerne de seu pensamento.

Além disso, alguns dos pensadores<sup>3</sup> que se sucederam, a exemplo de Gramsci<sup>4</sup> (1891-1937) e Althusser<sup>5</sup> (1918-1990), sentiram-se (e ainda se sentem) compelidos a se envolver

<sup>1</sup>Mestre em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB

<sup>2</sup>A presente resenha faz parte de um dos capítulos da nossa dissertação de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2021.

<sup>3</sup>Não pretendemos comprovar qual das pesquisas possui a interpretação mais precedente ou fundamentada da obra de Nicolau Maquiavel; tampouco sustentamos a ideia de que não é possível entender Gramsci e Althusser sem antes conhecer a fundo o pensamento de Maquiavel. Agir dessa maneira poderia levar ao erro de “esconder” o corte epistemológico presente entre as concepções de Maquiavel e as reflexões de Gramsci e Althusser, bem como a legitimar formas de interpretações reducionistas que considera admissível identificar as “origens” de um pensamento.

<sup>4</sup>Antonio Gramsci foi um jornalista e ativista italiano conhecido e celebrado por destacar e desenvolver os papéis da cultura e da educação nas teorias de economia, política e classe de Marx. Nascido em 1891, morreu com apenas 46 anos em consequência de graves problemas de saúde que desenvolveu enquanto estava preso pelo governo fascista italiano. As obras mais lidas e notáveis de Gramsci e aquelas que influenciaram a teoria social foram escritas enquanto ele estava preso e publicadas postumamente como *The Prison Notebooks*. Hoje, Gramsci é considerado um teórico fundacional para a sociologia da cultura e para articular as conexões importantes entre a cultura, o estado, a economia e as relações de poder. As contribuições teóricas de Gramsci estimularam o desenvolvimento do campo dos estudos culturais e, em particular, a atenção do campo ao significado cultural e político dos meios de comunicação de massa.

<sup>5</sup>Louis Pierre Althusser (1918–1990) foi um dos filósofos marxistas mais influentes do século XX. Com ele, parecia surgir uma renovação do pensamento marxista, bem como tornar o marxismo filosoficamente respeitável. As alegações que ele apresentou na década de 1960 sobre a filosofia marxista foram discutidas e debatidas em todo o mundo. Seus conceitos também estão sendo cada vez mais empregados por filósofos,

com suas ideias, seja para contestá-las ou incorporar seus insights em seus próprios ensinamentos. Mesmo que Maquiavel andasse nas periferias da filosofia, o impacto de suas extensas reflexões foi generalizado e duradouro.

Os termos “maquiavélico” ou “maquiavelismo” encontram aceitação regular entre os filósofos preocupados com uma gama de fenômenos éticos, políticos e psicológicos, independentemente de o próprio Maquiavel ter inventado ou não o “maquiavelismo”, ou ser de fato um “maquiavélico” no sentido comum atribuído a ele. Maquiavel desafia toda uma tradição de filosofia política de uma maneira que chama atenção e exige consideração e resposta. Finalmente, uma nova geração dos chamados teóricos políticos “neo-romanos” (como Philip Pettit [1997], Quentin Skinner [1998] e Maurizio Viroli [1999, 2002]) encontra inspiração na versão de republicanismo de Maquiavel.

Assim, ele merece um lugar à mesa em qualquer pesquisa abrangente de filosofia política. É uma visão comum entre os filósofos políticos que existe uma relação especial entre a bondade moral e a autoridade legítima. Muitos autores (especialmente aqueles que publicaram livros baseados em *O Príncipe* ou livros de conselhos reais durante a Idade Média e o Renascimento) acreditavam que o uso do poder político só era legítimo se fosse exercido por um governante cujo caráter moral pessoal fosse estritamente virtuoso. Assim, os governantes foram aconselhados a se comportar de acordo com os padrões convencionais de bondade ética, se desejassem ter sucesso e se almejassem um reinado longo e pacífico, passando seu cargo para seus descendentes.

Maquiavel critica essa visão moralista da autoridade em seu tratado mais conhecido, *O Príncipe*. Para Maquiavel, não há base moral para julgar a diferença entre os usos legítimos e ilegítimos do poder. Em vez disso, autoridade e poder são essencialmente coiguais: quem tem poder tem o direito de comandar; mas a bondade não garante o poder, e a pessoa boa não tem mais autoridade pelo fato de ser boa. Assim, em oposição direta a uma teoria moralista da política, Maquiavel diz que a única preocupação real do governante político é a aquisição e a manutenção do poder. Nesse sentido, Maquiavel apresenta uma crítica incisiva ao conceito de autoridade, argumentando que a noção de direitos legítimos de governo nada acrescenta à posse real do poder.

*O príncipe* pretende refletir o realismo político autoconsciente de um autor que está totalmente ciente – com base na experiência direta com o governo florentino – de que a

---

teóricos políticos e ativistas que retornaram a Marx e às análises marxistas para explicar e imaginar alternativas para nossa atual conjuntura socioeconômica.

bondade e o direito não são suficientes para ganhar e manter um cargo político. Maquiavel, portanto, busca aprender e ensinar as regras do poder político. Para Maquiavel, o poder define caracteristicamente a atividade política e, portanto, é necessário que qualquer governante bem-sucedido saiba como o poder deve ser usado. Somente por meio da aplicação adequada do poder, acredita Maquiavel, os indivíduos podem ser levados a obedecer, e o governante será capaz de manter o estado em segurança e proteção.

A teoria política de Maquiavel, então, representa um esforço conjunto para excluir questões de autoridade e legitimidade da consideração na discussão da tomada de decisões políticas e do julgamento político. Em nenhum lugar, isso fica mais claro do que em seu tratamento da relação entre a lei e a força. Maquiavel reconhece que boas leis e boas armas constituem os fundamentos duplos de um sistema político bem ordenado. Mas ele imediatamente acrescenta que, como a coerção cria legalidade, ele concentrará sua atenção na força. Ele diz: “E, como não pode haver boas leis onde não existam boas armas e onde existam boas armas convém que haja boas leis, deixarei de falar das leis e me reportarei apenas às armas.” (Maquiavel, 2007, p. 47)

Em outras palavras, a legitimidade da lei depende inteiramente da ameaça de força coercitiva; a autoridade é impossível para Maquiavel como um direito separado do poder de aplicá-la. Consequentemente, Maquiavel é levado a concluir que o medo é sempre preferível ao afeto nos súditos, assim como a violência e o engano são superiores à legalidade para controlá-los efetivamente. Maquiavel observa que:

Isso porque dos homens pode-se dizer, geralmente, que são ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho; e, enquanto lhes fizeres bem, são todos teus, oferecem-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, desde que, como se disse acima, a necessidade esteja longe de ti; (MAQUIAVEL, 2007, p. 65).

Concomitantemente, uma perspectiva maquiavélica ataca diretamente a noção de qualquer fundamento para autoridade independente da mera posse de poder. Para Maquiavel, as pessoas são obrigadas a obedecer puramente ao poder superior do Estado. Se penso que não devo obedecer a uma lei específica, o que eventualmente me leva a me submeter a essa lei será o medo do poder do Estado ou o exercício real desse poder. É o poder que, em última instância, é necessário para impor visões conflitantes sobre o que devo fazer. Só posso escolher não obedecer se possuir o poder de resistir às exigências do Estado ou se estiver disposto a aceitar as consequências da superioridade da força coercitiva dele.

O argumento de Maquiavel em *O Príncipe* destina-se a demonstrar que a política só pode ser definida coerentemente em termos da supremacia do poder coercitivo; autoridade como um direito de comando não tem *status* independente. Ele substancia essa afirmação por referência às realidades observáveis dos assuntos políticos e da vida pública, bem como por argumentos que revelam a natureza de interesse próprio de toda conduta humana. Para Maquiavel, é sem sentido e fútil falar de qualquer reivindicação de autoridade e do direito de comando que esteja separada da posse de um poder político superior.

O governante que vive apenas por seus direitos certamente murchará e morrerá por causa desses mesmos direitos, porque, no acidentado conflito político, aqueles que preferem o poder à autoridade têm mais probabilidade de sucesso. Sem exceção, a autoridade dos Estados e suas leis nunca serão reconhecidas quando não forem apoiadas por uma demonstração de poder que torna a obediência inevitável. Os métodos para alcançar a obediência são variados e dependem muito da clarividência que o príncipe exerce. Conseqüentemente, o governante bem-sucedido precisa de treinamento especial.

## REFERÊNCIAS

FERRETTTER, Lucas. **Louis Althusser**. Routledge, 2007.

FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual**. Boitempo Editorial, 2020.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERRA, Avaetê de Lunetta et al. Aspectos filosóficos e atemporais da teoria política de Maquiavel. 2021.

MACHIAVELLI, Niccolò. Il principe. **Il Principe**, p. 1-134, 2009.

MACHIAVELLI, Niccolò; CINTI, Federico. **L'arte della guerra**. Istituto Editoriale Italiano, 1928.

MACHIAVELLI, Niccolò. **Florentine histories**. Princeton University Press, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe (1513)**. LCC Publicações Eletrônicas. Documento eletrônico. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>>. Acesso em: set, 2020.